



Servidoras/es/os Públicas/es/os Federais conquistam reajuste salarial



Presidente Lula sancionando a MP nº 1.170, no dia 28 de abril de 2023.
Foto: FASUBRA Sindical

Em 28 de abril o presidente Lula sancionou o aumento de 9% aos servidores públicos federais. Depois de 7 anos, o reajuste emergencial foi finalmente conquistado. A MP Nº 1.170 regulamenta o aumento linear, aplicado em maio aos servidores ativos, aposentados e pensionistas. A medida terá efeito financeiro no pagamento de junho. O avanço é importante, mas nossa organização para os próximos meses está apenas começando.

A luta das/es/os TAEs deve se voltar para a discussão da nossa carreira, precisamos garantir investimentos no PCCTAE e mesas de negociação específicas para atender as demandas das/es/os trabalhadoras/es/os da educação.

Além disso, precisamos seguir mobilizados para tentar barrar o novo arcabouço fiscal que está tramitando no Congresso Nacional e que pode impactar fortemente os serviços públicos brasileiros.

Novo arcabouço fiscal afeta servidores públicos federais

Em 24 de maio a Câmara dos Deputados aprovou o texto-base do novo arcabouço fiscal. O projeto original, apresentado pelo Ministro da Fazenda do Brasil, Fernando Haddad (PT), foi alterado pelo relator Claudio Cajado (PP), que incluiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) no teto de gastos.

Esta regra fiscal, que agora deve seguir para discussão no Senado, restringe recursos às áreas sociais e ao desenvolvimento econômico. Isso porque as rubricas da educação e da saúde estão

dentro das normas de contenção.

Se o governo não conseguir cumprir suas metas, o contingenciamento de verbas atingirá esses setores e pode chegar até o congelamento de salários dos servidores públicos e a proibição de concursos.

Justamente por compreender que a limitação de investimentos públicos diminuiu os recursos voltados para as áreas sociais, servidoras/es/os federais realizaram diversos atos contra o arcabouço fiscal. Essas movimentações seguirão acontecendo enquanto o projeto estiver em tramitação.

SINTUFSCar participa do XXIV CONFASUBRA

Entre os dias 17 e 21 de maio TAEs da UFSCar participaram do XXIV CONFASUBRA, realizado em Brasília. Ao longo dos 5 dias de atividades do congresso, as/es/os delegadas/es/os do SINTUFSCar discutiram conjuntura nacional, PCCTAE, relação entre FASUBRA e base, situação dos TAEs nos HUs e o plano de lutas para a próxima gestão da federação.



Sindicato realiza excursão para Monte Sião e Serra Negra

A primeira das três viagens planejadas pelo SINTUFSCar em 2023 ocorreu no dia 6 de maio.

As/es/os associadas/es/os conhecerem as cidades de Monte Sião (MG) e Serra Negra (SP). O passeio contou com um almoço muito especial e uma volta no teleférico de Serra Negra.



Unimed informa novas regras para migração entre contratos

Desde o início de maio a operadora Unimed passou a operar com novas regras para a migração entre os planos da empresa. A partir do dia 1º, usuárias/es/os que quiserem mudar de plano passarão por novos períodos de carência. Confira as mudanças:

1) *A partir de 1º de maio, usuárias/es/os que quiserem mudar para um plano que tenha maior cobertura ou acesso a mais profissionais e serviços, precisam estar a pelo menos seis meses em um dos planos oferecidos pela operadora.*

2) *Após realizar a migração para um plano com*

abrangência superior, o tempo mínimo de permanência no novo plano é de doze meses.

3) *O tempo de carência para utilizar os novos serviços contratados é de seis meses. Importante ressaltar que essa carência só se aplica aos benefícios adquiridos com a migração, portanto, os serviços que já eram fornecidos pelo plano anterior não se alteram.*

Segundo a empresa, essas medidas têm como objetivo diminuir a sinistralidade dos planos e inibir a prática de trocar de contrato apenas para realizar determinados procedimentos.

Associadas/es/os dos quatro campi se reúnem na primeira assembleia presencial desde o início da pandemia

Em 12 de abril as/es/os TAEs da UFSCar se reuniram em uma assembleia presencial pela primeira vez desde o início da pandemia.

Entre aposentadas/es/os e servidoras/es/os ativas/es/os, 231 trabalhadoras/es/os de todos os campi da UFSCar participaram da atividade.

As/es/os presentes escolheram a Chapa Travessia como representante do SINTUFSCar no XXIV Congresso da FASUBRA (CONFASUBRA), que ocorreu entre os dias 17 e 21 de maio.

A chapa eleita garantiu a representação de TAEs dos quatro campi da UFSCar e conseguiu levar os número total de delegadas/es/os

permitido pelo regimento do congresso: 17 titulares e 8 suplentes.

Depois da eleição, a Dra. Bibiana Silveira, assessora jurídica do SINTUFSCar, apresentou um panorama sobre o processo dos 3,17%. Ela informou que o departamento jurídico iniciou o cumprimento de sentença em 2022 e está distribuindo as ações em grupos de 5 pessoas, na medida em que os cálculos são entregues pelo perito contratado pelo sindicato.

A advogada reforçou que não existe um prazo específico para pagamento, pois ainda existem trâmites processuais que o juiz e as outras partes envolvidas no processo precisam cumprir.



Trabalhadoras/es/os da UFSCar na assembleia geral de 12/04, que elegeu a Chapa Travessia para o XXIV CONFASUBRA.
Fotos: Tiago Pereira e Bárbara El Khalil



Programação em homenagem ao Dia Internacional da Mulher realiza oficinas e live sobre violência política



Registro da programação da Semana da Mulher em São Carlos, Sorocaba e Araras.
Fotos: Acervo SINTUFSCar

Entre os dias 7 e 10 de março o SINTUFSCar organizou uma programação especial para celebrar o Dia Internacional da Mulher. A semana contou com aulas de Yoga presenciais e online, oficinas de pompoarismo e Liang Gong, além de cafés da manhã e da tarde para as TAEs da UFSCar. O encerramento da semana ficou por conta da live "Violência Política de Gênero", que pode ser assistida na íntegra tanto no [Facebook](#) como no [Youtube](#) do SINTUFSCar. A atividade foi mediada por Augusta Neves (ATS), servidora TAE da

UFSCar/Sorocaba e teve como palestrantes Isabelly Carvalho e Ivanilda Reis.

Isabelly Carvalho (PT) é vereadora da Câmara Municipal de Limeira/SP e Presidente da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos, dos Direitos do Consumidor, dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Direitos do Idoso do município. Ivanilda Reis (PSOL) é servidora TAE aposentada da UFRRJ, membra do coletivo Resistência do PSOL, militante sindical e militante dos movimentos sociais de mulheres e de negros e negras.

Fasubra Sindical realiza plenária nacional e discute os crimes cometidos pelo governo Bolsonaro

Na última Plenária Nacional da FASUBRA Sindical, realizada nos dias 10 e 11 de março, os crimes cometidos pelo governo Bolsonaro foram discutidos. Entre as principais deliberações da pauta, duas propostas foram aprovadas:

- 1) Punição contra os golpistas. Pela "prisão e confisco de bens de Bolsonaro, seus familiares, a cúpula militar e empresários golpistas".**
- 2) Defesa das terras indígenas e punição contra os genocidas. Pela "punição aos responsáveis pelo genocídio provocado pela política do governo Bolsonaro frente a COVID-19 e para os assassinatos dos povos indígenas".**

São diversos os exemplos de crimes cometidos pelo clã Bolsonaro. Pode-se elencar a morte de 700 mil pessoas em decorrência do atraso de vacinas e de uma política anticidência.

É possível também apontar o genocídio contra os Yanomami, responsabilidade de um ministério que ignorou 21 pedidos de socorro da comunidade indígena.

Ainda, anuência e participação efetiva de autoridades bolsonaristas nos atos golpistas de 8 de janeiro.

Para garantir que a sociedade brasileira comece a se recuperar dos últimos quatro anos, é preciso que o governo Bolsonaro responda por seus crimes. Sem anistia!

Sócias/es/os aprovam a prestação de contas do sindicato

Em assembleia realizada no dia 6 de março, sócias/es/os do SINTUFSCar avaliaram o resumo das operações bancárias dos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2022.

A reunião contou com membros do Conselho Fiscal, que indicaram a validação das receitas e despesas do sindicato.

As/es/os presentes aprovaram por unanimidade a prestação de contas apresentada pela coordenadora geral Vânia Helena Gonçalves.

SINTUFSCar realiza segundo Bingo dos Aposentados do ano

A atividade ocorreu em 2 de março no saguão do SINTUFSCar em São Carlos. Durante o encontro, as/es/os presentes conversaram sobre as propostas de reajuste salarial apresentadas pelo governo federal em fevereiro. Na ocasião Doni Silva, coordenador jurídico e de relações de trabalho, tirou dúvidas sobre o processo dos 3,17%.



Registro do segundo bingo dos aposentados de 2023, realizado em 2 de março.
Fotos: Acervo SINTUFSCar

Ajude o SINTUFSCar a diminuir a sinistralidade dos planos de saúde

Cuidar da saúde é um dos aspectos mais centrais de nossas vidas e garantir o bem-estar de nossas/es/os sócias/es/os é uma preocupação sempre presente no SINTUFSCar. Nos dedicamos muito para garantir que as/es/os TAEs de nossa universidade tenham a possibilidade de acessar planos de saúde e planos odontológicos que atendam suas necessidades.

Sabemos que facilitar o acesso aos serviços de saúde não é suficiente, precisamos também garantir que os planos se adequem à renda das/es/os associadas/es/os. Para dar conta deste desafio contamos com uma assessoria jurídica que está sempre atenta a ações que possam beneficiar as/es/os usuárias/es/os.

Em nossas assembleias,

apontamos que o principal fator responsável pelo aumento excessivo das mensalidades é a alta sinistralidade. Determinados procedimentos como cirurgias, exames complexos, internações e tratamentos impactam fortemente a sinistralidade do plano.

Entre eles, o fornecimento regular de medicamentos de alto custo contribui muito com o aumento da sinistralidade. No entanto, diferente dos outros procedimentos, é possível obter estas medicações de forma gratuita, acionando o Estado.

As/es/os usuárias/es/os de medicamentos de alto custo podem entrar com uma ação judicial, através do SINTUFSCar, solicitando que as medicações sejam fornecidas pelo SUS.

Desta forma, as pessoas

continuam seus tratamentos, mas as medicações deixam de ser custeadas pela Unimed e pelo plano de saúde coletivo. Esse tipo de ação já foi perpetrado com êxito por nossa assessoria jurídica e o sindicato assume inteira responsabilidade pelos trâmites necessários. As/es/os beneficiárias/es/os não terão nenhum tipo de ônus e não ficarão sem tratamento em nenhum momento do processo, pois enquanto a medicação não for fornecida pelo SUS, a/e/o paciente seguirá acessando o medicamento pela operadora Unimed.

As portas do sindicato estão abertas para usuárias/es/os dos planos que queiram realizar esse tipo de ação. Nosso setor jurídico irá atendê-las/les/los da melhor forma possível.